

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

Relatório Gerencial

**Relação Entre o Movimento Sindical e
Conquista de Direitos: o Caso dos Técnico-
Administrativos da UFPE**

Aluna: Clélia Bonani
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Dourado

Relatório gerencial apresentado como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco / MPA – Mestrado Profissional em Administração.

Recife, 2016

Sumário

1. Introdução	1
1.1 Contextualização	1
2. Objetivos	4
2.1 Objetivo geral	4
2.2 Objetivos específicos	5
2. Referencial Teórico	9
4. Apresentação dos Resultados	55
5. Conclusões	118
6. Recomendações Gerenciais	122

1 Introdução

1.1 Contextualização

Pesquisa apresentada para obtenção do título de Mestre em Administração pelo MPA – Mestrado Profissional em Administração, os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos a classificam como uma pesquisa qualitativa. Tratou-se de um estudo de caso de caráter descritivo, através do levantamento bibliográfico, análise documental e de entrevistas exploratórias, que visou demonstrar até que ponto as conquistas de direitos dos servidores técnico-administrativos em educação da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, se relaciona com o movimento sindical SINTUFEPE – Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco.

Para atingir o objeto do estudo, foram analisados os principais itens das pautas das reivindicações do movimento sindical SINTUFEPE e da FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras, entre 2010 a 2015, averiguando-se suas demandas. Todavia as análises das demandas do SINTUFEPE do ano de 2010 não puderam ser efetuadas, devido a não localização de seu registro, pesquisas diversas foram feitas, inclusive no SIGA – Sistema de informação e Gestão Acadêmica, da UFPE. Na varredura efetuada nesse sistema, foram encontrados 24 (vinte e quatro) processos protocolados pelo SINTUFEPE naquele ano, na DICOM – Divisão de Comunicação da UFPE. Porém, nenhum deles se refere às demandas da entidade.

Foram também identificados os principais itens dos acordos firmados entre a FASUBRA e o Governo Federal, bem como, os direitos concedidos efetivamente pelo Governo Federal aos servidores técnico-administrativos em educação das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior. Salientando que o acordo assinado em 2007 foi válido até 2010, em 2011 não houve assinatura de acordo entre o Governo Federal e a FASUBRA, o acordo firmado em 2012, teve alcance até o ano de 2015 e o acordo assinado em 2015 entrou em vigor a partir de janeiro de 2016 – com a implementação do reajuste de alguns benefícios.

No capítulo que se segue, serão apresentados os objetivos da pesquisa efetuada, divididos em geral e específicos.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Compreender até que ponto as conquistas de direitos dos servidores técnico-administrativos em educação da UFPE se relacionam com o movimento sindical SINTUFEPE, no período de 2010 a 2015.

2.2 Objetivos específicos

- Pesquisar e analisar as pautas¹ de reivindicações do SINTUFEPE, identificando as principais demandas, no período entre 2010 a 2015².
- Pesquisar e analisar as pautas de reivindicações da FASUBRA, identificando as principais demandas, também no período entre 2010 a 2015.
- Pesquisar e analisar os acordos firmados entre o Governo Federal e a FASUBRA, identificando as principais cláusulas, entre 2010 a 2015.
- Comparar e analisar os principais itens das pautas das reivindicações efetuadas pelo SINTUFEPE e os principais itens das pautas das reivindicações da FASUBRA, entre 2010 a 2015.
- Comparar e analisar os principais itens das pautas das reivindicações efetuadas pelo SINTUFEPE e as principais cláusulas dos acordos firmados entre o Governo Federal e a FASUBRA, entre 2010 a 2015.

Os objetivos acima expostos tiveram por finalidade de ajudar a responder a pergunta de pesquisa, orientando as atividades do trabalho.

A justificativa deste estudo será a seguir apresentada, bem como as contribuições deste.

¹ Constam na pauta ou eixo geral todos os pontos de reivindicações de uma categoria. No caso dos servidores públicos, técnico-administrativos em educação, a construção da pauta começa com uma consulta aos sindicatos das IFES, filiados a FASUBRA, após serem debatidas em assembleias, são encaminhadas à federação e por fim é formada a pauta geral. As pautas ou eixos específicos são independentes e valem para a negociação dos acordos de cada IFES com seus respectivos reitores (FASUBRA, 2015).

² Inicialmente a temporalidade da pesquisa seria entre os anos de 2003 a 2015. Contudo, foi verificado que o SINTUFEPE não guarda registros de suas pautas mais antigas e também não foram disponibilizados os registros pela FASUBRA. Assim, devido à impossibilidade de se obter os dados necessários, foi alterado período da pesquisa. E segundo os dados fornecidos pela FASUBRA (2015), nos anos de 2011, 2014 e 2015, os períodos de greves dos servidores técnico-administrativos em educação, nas universidades federais brasileiras, foram os mais extensos da história.

3 Referencial teórico

O presente estudo se fundamentou no histórico do movimento sindical brasileiro. Sua trajetória é de suma importância para a compreensão das relações trabalhistas no país, o modo como influenciou o comportamento dos trabalhadores e a organização dos servidores públicos, na busca pela conquista de seus direitos. Para tanto, artigos científicos, bibliografias e a legislação federal foram utilizadas.

Foram discutidos de forma aprofundada os principais acontecimentos do movimento sindical brasileiro, a regulamentação das greves – ante a Carta Republicana de 1988; os servidores públicos – onde foram apresentadas as principais mudanças ocorridas na legislação brasileira com relação a esses servidores e também foram tratadas as modificações sob aspecto sindical desses trabalhadores, as especificidades do setor público; as negociações e greves no setor público – na qual foram expostas informações e definições a cerca de como ocorrem o trâmite das negociações entre os sindicatos e a direção das IFES e com o Governo Federal e também foi tratada a questão das greves no setor público, e por fim, o movimento sindical SINTUFEPE – mostrando o histórico desse o movimento sindical, o quantitativo atual de associados e a média da arrecadação.

Segundo Paula (2006), a greve representa uma ação de confronto e de risco, que mobiliza os empregados, na defesa obstinada de seus interesses. Entretanto, a caracterização jurídica dessa prática depende do sentido que lhe atribui a legislação, podendo ser entendida como direito ou delito. Para alguns doutrinadores, greve é toda interrupção de trabalho, de caráter temporário, motivada por reivindicações suscetíveis de beneficiar todos ou parte do pessoal.

Somente através da nova Carta Magna de 1988, que foi concedido ao funcionalismo público o direito de greve e as associações sindicais – até então se mantinham proibidos desde 1939, embora esses direitos ainda não tenham sido regulamentados por lei específica. O que foi uma conquista parcial, segundo Nogueira (2007, p. 13), “a Constituição de 1988 formalizou esse processo, determinando apenas que a associação dos servidores públicos em sindicatos passava a ser livre, mas, não mencionou nada sobre a estrutura e o sistema de organização”. E ainda, segundo o autor, “não determinava nenhum dever para o Estado, em termos de criar um sistema de negociação ou de solução de conflitos salariais nas diversas instâncias governamentais” (NOGUEIRA, 2007, p. 13).

4 Apresentação dos resultados

Serão explicitados resumidamente a seguir os dados coletados que responderam os objetivos específicos propostos neste estudo. Esses dados foram analisados e interpretados, possibilitando, assim, responder à pergunta de pesquisa e tecer conclusões sobre o objeto investigado e a contexto que o cerca.

As análises comparativas da pesquisa foram efetuadas a partir dos documentos institucionais e da legislação municipal e federal em vigor.

As demandas do SINTUFEPE que se destacaram no período estudado foram: os reajustes salariais e dos *steps* remuneratórios (diferença entre os níveis da tabela remuneratória); a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas (a paridade versa sobre a concessão dos aumentos e reajustes atribuídos aos servidores ativos, inativos e sobre os proventos de pensões); a racionalização de cargos do PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (para que esta reivindicação seja atendida, seria necessário a extinção de alguns cargos e a aglutinação de outros. Assim, essa modificação só se tornaria viável mediante modificações na legislação); a abertura de concursos públicos para todas as classes da categoria; o posicionamento contrário à EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A.; combate ao assédio sexual e moral; a ampliação do atendimento no NASS – Núcleo de Atendimento à Saúde do Servidor e a implantação jornada de 30 horas semanais (sem reduções salariais e sem ponto eletrônico).

No comparativo entre os principais itens das pautas das reivindicações do SINTUFEPE e as principais demandas da FASUBRA, os itens em comuns foram: o reposicionamento de aposentados (contagem de tempo no serviço privado e de outras esferas públicas, para que seja implementado também é preciso haver mudanças nas leis vigentes); o posicionamento contrário à EBSERH; a abertura de concursos públicos para todas as classes da categoria; a garantia da autonomia das IFES e a solicitação da implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais (sem ponto eletrônico e sem redução de salário). E ao se comparar o quantitativo de itens de reivindicações em comum que as duas entidades apresentaram, observa-se um aumento de itens coincidentes, somente 1 (hum) em 2011 e 7 (sete) itens em 2015.

Ao se confrontar as reivindicações efetuadas pelo SINTUFEPE com as cláusulas dos acordos consolidados, em 2012 e 2015, entre a FASUBRA e o Governo Federal, observa-se que tiveram relativa contemplação as seguintes demandas: a democratização das IFES; o

combate ao assédio sexual e moral; cursos de graduação e pós-graduação para os servidores e a questão da EBSERH. Porém, essas cláusulas que contemplaram esses pleitos ainda não foram normatizadas.

E ao se comparar os principais itens das pautas de reivindicações elaboradas pelo SINTUFEPE e os direitos efetivamente concedidos aos servidores técnico-administrativos das IFES pelo Governo Federal, no período estudado, observa-se que não existiram demandas contidas nas pautas do sindicato coincidentes com os direitos conquistados por esses servidores.

O Quadro 1 (2), a seguir mostra as principais demandas da FASUBRA e do SINTUFEPE, entre 2010 a 2015:

PRINCIPAIS DEMANDAS DA FASUBRA DE 2010 A 2015	PRINCIPAIS DEMANDAS DO SINTUFEPE DE 2011 A 2015	ANÁLISE
Concurso público para todos os níveis da categoria		O Governo Federal somente autoriza concursos para as classes C, D e E
Combate ao assédio sexual e moral na comunidade acadêmica		- O governo se comprometeu em realizar seminário para debater assunto - Criada em 2014, na UFPE uma Comissão de Ética e Espaço de Reparação e Diálogo
Ampliação / construção / fim da municipalização da Creche		- Observância da Lei 9.394, de 20/12/1996, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - A UFPE não dispõe de pessoal especializado em educação infantil
	Ampliação do atendimento no NASS	A unidade foi ampliada/reformada em 2010
Contra a implantação do ponto eletrônico		- Previsto no Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996 - Acordado na Resolução nº 02, de 18/11/2014 – UFPE
	Criação de cursos de graduação e pós-graduação exclusivos para os técnico-administrativos	A PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida subsidia alunos da graduação de instituições particulares e oferta cursos de pós-graduação
Jornada de 30 horas semanais		- Regulamentada pelo Decreto nº 4.836, de 09/09/2003 - Implementada pela Resolução nº 02, de 18 de novembro de 2014/UFPE
Definição da Data-Base em 1º de Maio		Não há regulamentação específica por lei
Direito irrestrito do exercício de greve		
Regulamentação da negociação coletiva		
Racionalização dos Cargos		
	Melhoria das condições de segurança e iluminação nos <i>Campi</i>	A UFPE conta com 328 agentes de segurança efetivos e 193 terceirizados no <i>campus</i> de Recife, 52 no CAA – Centro

		Acadêmico do Agreste e 24 no CAV – Centro Acadêmico de Vitória
	Posicionamento contrário a EBSERH	- Regulamentada pela Lei nº 12.550, de 15/12/2011 - Mesmo com a contratualização, o HC – Hospital das Clínicas realiza 100% dos atendimentos pelo SUS – Sistema Único de Saúde
	Reposicionamento dos aposentados e pensionistas	Em 2005, houve reposicionamento (o pleito diz respeito a contagem de tempo de serviço privado e de outras esferas públicas)
Paridade entre ativos e aposentados		Contempla somente os servidores que tiverem completos os requisitos para a aposentadoria até 31/12/2005

Quadro 1 (2) – Principais reivindicações da FASUBRA e do SINTUFEPE de 2010 a 2015.
Fonte: Autora (2016).

Ante ao exposto, foi possível entender a influência do sindicalismo do setor público analisando um conjunto de fatores que medeiam a ascendência dos interesses políticos e econômicos desses trabalhadores, a conjuntura política e econômica no qual se encontram e o grau de interesse dos sindicatos em lutar pelos interesses dos servidores (SILVA, 2001).

Observou-se através das entrevistas efetuadas que parte dos entrevistados reconheceu a existência de acentuada deficiência na comunicação com o SINTUFEPE.

Você quer saber por quê ainda sou filiado? Porquê apesar de tudo, o SINTUFEPE nos representa bem, isso mesmo! [...] Mesmo assim detesto aquelas assembleias, eles [o SINTUFEPE] simplesmente não querem nos escutar, o negócio lá é política (E3, 20 anos de filiação).

Os servidores entrevistados demonstram ainda que gostariam de ter suas reais solicitações postas nas pautas de reivindicações da entidade sindical, mostrando o desejo do diálogo entre eles e ser mais fácil e mais simplificado.

Não entendo bem o motivo deles [o SINTUFEPE] não ouvirem a gente. Tudo bem, é verdade que eles chamam pras assembleias com os carros de som... Outro dia mandaram um e-mail... Mas a gente chega lá e eles só querem saber de partidos... [políticos] Eu acho que seria bem melhor se deixassem a gente falar nas reuniões [...]. Você chega lá, a pauta está pronta a bem dizer, não concordo. Por isso nem lá eu vou mais (E9, 31 anos de filiação).

O fato de parte dos afiliados ter afirmado que deixou de ter participação efetivas nas assembleias sindicais, pode ser atribuído ao aspecto político que SINTUFEPE mantém atualmente, revelado pela percepção desses servidores.

5 Conclusões

Procedida com a contextualização, apresentado problema, os objetivos deste estudo, apontados os resultados obtidos na pesquisa, serão dispostas nesse capítulo as conclusões e alcance deste estudo.

Tendo em vista que as principais demandas da entidade sindical não foram atendidas, mesmo que algumas já estejam previstas na Constituição Federal de 1988 (porém ainda não regulamentadas por leis específicas), como a questão da data-base, igual índice de reajuste salarial e regulamentação do direito de greve, e, observada também em relação as especificidades da carreira de técnico-administrativos das IFES, uma vez que a racionalização de cargos que não foi realizada até a presente data. Os resultados da pesquisa apontaram também a existência de *déficits* na comunicação entre os servidores e a entidade sindical, considerando-se que são poucas as cláusulas dos acordos firmados que tiveram seus atos normativos publicados, considerando-se ainda, que a regulamentação específica por lei complementar a respeito das negociações e dos dissídios coletivos, ainda também não foram normatizada, os direitos concedidos pelo governo ficaram muito aquém das expectativas das entidades sindicais FASUBRA e SINTUFEPE a sobretudo dos servidores. Deste modo, se o SINTUFEPE repensasse suas ações mudando o foco de atuação, compondo-as com reivindicações mais diretamente atreladas aos direitos fundamentais da categoria, poderia tornar sua atuação muito mais forte e mais eficaz, beneficiando de maneira efetiva os servidores.

Acredita-se, portanto, que este estudo possa servir de instrumento para o entendimento da compreensão sobre o alinhamento da atuação do SINTUFEPE e os direitos conquistados pelos servidores. O presente estudo buscou respostas para a pergunta norteadora, apesar da grande complexidade existente do tema em questão. O objetivo geral e os específicos foram atendidos, deste modo os resultados obtidos podem servir de pontos de partida para futuras análises com especificidades maiores sobre o assunto. Bem como, as informações resultantes podem contribuir tanto para a PROGEPE, quanto para o SINTUFEPE, como instrumento balizador de futuras tomadas de decisões. Serão apresentadas no capítulo a seguir, as recomendações gerenciais, baseadas nos resultados apontados pela pesquisa.

6 Recomendações gerenciais

Considerando-se os resultados obtidos nesta pesquisa, as recomendações gerenciais seguem na perceptiva de propor ações que permitam um melhor alinhamento entre a administração, servidores e o SINTUFEPE.

Na realidade atual, as instituições necessitam ter suas atividades fins alinhadas às pessoas, suas capacidades e suas demandas. Os processos decisórios se tornam tarefas desafiadoras para todos os gestores, de modo a manter uma estrutura organizacional saudável, competitiva e sustentável, reduzindo conflitos.

A gestão de pessoas é responsável pela intermediação entre os interesses da organização e dos servidores, precisando assim recorrer na sua dinâmica à negociação (ARAUJO; GARCIA, 2010). Os conflitos nas relações de trabalhistas tendem a ser menos severos se houver avanços nas relações entre a gestão, as pessoas e as organizações sindicais (LIMA, 2012).

Considerando-se também que não existiram demandas em 2012, contidas nas pautas do SINTUFEPE coincidentes com os direitos efetivamente conquistados pelos servidores técnico-administrativos, embora a pesquisa ter apontado um acréscimo no quantitativo de itens parcialmente considerados pelo acordo assinado em 2015, entre a FASUBRA e o Governo Federal, recomenda-se assim, para fortalecimento do papel do movimento sindical estudado, que sejam criados canais mais estreitos de comunicação, para que os servidores possam opinar sobre as ações sindicais com mais rapidez e mais facilidade. A criação de mecanismos de “ouvidoria” poderia trazer elementos que tornasse a atuação do SINTUFEPE muito mais robusta e em consonância com as conquistas de direitos ansiadas pelos servidores.

A criação de estruturas que permitissem os servidores – afiliados ou não exporem suas demandas, possivelmente traria resultados bastante satisfatórios, na medida em que suas necessidades e dificuldades seriam melhor explicitadas e poderiam ser mais exploradas, para a partir de então, serem consideradas na formação das pautas de reivindicações. Desta forma o SINTUFEPE teria elementos mais substanciosos e melhores condições de lutar pelos interesses e direitos dos servidores.

Essa iniciativa provavelmente seria muito proveitosa para o SINTUFEPE que se aproximaria mais de seus associados e provavelmente ampliaria o quantitativo de filiados, aumentando assim, seu potencial de atuação.

Em contrapartida, para a PROGEPE a implementação de um mecanismo “ouvidor” que permitisse os servidores expressarem seus pleitos sem receios, exercendo ações colaborativas, também seria de grande valia, pois traria elementos que possibilitariam a antecipação de tomadas decisórias bem sucedidas, que poderiam evitar conflitos e proporcionar também negociações mais céleres com o SINTUFEPE.

Poderiam ser criados canais de opiniões – através do desenvolvimento de aplicativos para aparelhos de telefonia móvel, que seriam disponibilizados aos servidores mesmo aos não sindicalizados, para que pudessem expor suas ideias e demandas de maneira rápida e ágil e sem necessidade de serem identificados, caso não desejasse. Essas opiniões seriam registradas, catalogadas, sendo discutidas em reuniões periódicas e posteriormente, os servidores receberiam um *feedback* sobre o assunto discutido. Esse canal de transparência poderia ser também muito motivador para os servidores, na medida em que os diálogos com o SINTUFEPE, possibilitassem que suas reais demandas fossem debatidas e possivelmente postas nas pautas das reivindicações da entidade.